

--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE.-----

--- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: ---

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ENTRE O ESTADO E O MUNICÍPIO – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL ATÉ CINCO POR CENTO NO IRS. -----

--- **Três**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DAS TAXAS, PARA O ANO DE DOIS MIL E OITO, NO ÂMBITO DA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Quatro**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E OITO.-----

--- **Cinco**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EMPRESA “A.S. – ÁGUAS DE SANTARÉM, S.A.”. -----

--- **Seis**– APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM NA VALLEYPARK – PARQUE DE NEGÓCIOS, S.A.

--- **Sete**– APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL.-----

--- **Oito**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA O

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

PROCEDIMENTO DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL RESPEITANTE À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO DE PLANTAS INFESTANTES DE LIMPEZA DE SARJETAS E SUMIDOUROS, NAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS NÃO AJARDINADOS, BERMAS E VALETAS E TALUDES DE DOMÍNIO MUNICIPAL E DE RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE SANTARÉM E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS DE DOIS MIL E OITO E DOIS MIL E CATORZE. -----

--- **Nove**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA. -----

--- **Dez**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL RESPEITANTE AO PROJECTO DESIGNADO POR RESTABELECIMENTO AO KM SESSENTA E CINCO + OITOCENTOS E SETENTA E CINCO DA LINHA DO NORTE, SUBTROÇO UM PONTO DOIS/UM PONTO TRÊS (AZAMBUJA/VALE DE SANTARÉM). -----

--- **Onze**—APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, Catarina Fernandes Garcia Correia, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

463

Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Miguel da Conceição Piedade, Nuno Filipe Brites Pereira Lima, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe de Oliveira Malaca, Ricardo Jorge Batista Filipe e Vicente Carlos Flor Batalha. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Maria José Mancellos Santos Gomes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Almofter), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), João Carlos Pando Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (São Salvador), Carlos António Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (São Vicente do Paul), Diamantino Cordeiro Duarte (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d'Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea).-----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- Carlos Manuel Luís Catalão e Manuel João Narciso Bonifácio – Presidente da Junta de Freguesia de Pombalinho. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento:-----

--- Jaime Manuel Teodoro Santos, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Filipe

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

Piedade Valente e Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia. -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Ramiro José Jerónimo de Matos, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Lúgia Corujo Reis Batalha, Luís Manuel da Graça Batista, Maria Luísa Raimundo Mesquita, e Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves. -----

--- Ausências: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto e Henriqueta da Graça Pereira Carolo. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a discussão e votação a Acta número dezassete/dois mil e sete, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção do senhor **Fernando Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que referiu que as obras de saneamento básico realizadas na Ribeira de Santarém, no mandato passado, foram mal efectuadas trazendo graves problemas para os habitantes desta freguesia. Apesar de alguns problemas já terem sido resolvidos quando se verificam fortes chuvadas ocorrem inundações com frequência. -----

--- Salientou que a Ribeira de Santarém apresenta complexos problemas estruturais, ao nível da degradação do parque habitacional e do envelhecimento da população e está economicamente dependente dos serviços exteriores do planalto, destacando que um dos grandes recursos desta freguesia é o Tejo. -----

--- Prosseguiu, referindo que a população tem esperanças na concretização dos projectos de infra-estruturas para aquela freguesia, nomeadamente o projecto de valorização urbana da Ribeira de Santarém, o projecto de desenvolvimento turístico e a requalificação dos espaços públicos, a parceria público/privada para a recuperação das

habitações degradadas e a retirada da Linha do Norte do interior da Ribeira de Santarém.

--- Concluiu, lamentando a recusa do empréstimo excepcionado de seis milhões de euros para a Ribeira de Santarém, pelo Governo do PS, informando que a Assembleia de Freguesia enviou uma exposição manifestando a sua indignação pelo sucedido aos senhores Presidente da República, Primeiro Ministro e Provedor de Justiça. -----

--- De seguida, o senhor **Vicente Batalha** interveio referindo que o Conselho de Ministros deliberou extinguir a Cadeia de Santarém. Trata-se do Presídio Militar, uma das últimas jóias da coroa, perguntando o que sabe a Câmara deste assunto. -----

--- Destacou que a Sala de Leitura Bernardo Santareno encerrou em Julho passado para passar a funcionar no antigo Ginásio do Seminário, ao abrigo de um protocolo entre o Município de Santarém e a Diocese, querendo saber qual o ponto de situação relativamente a este processo. -----

--- Referiu-se ao Teatro Rosa Damasceno, que é uma ruína que a todos deve envergonhar, afirmando ser conhecida a sua posição nos anteriores mandatos e neste sobre o assunto em causa. Destacou que o Actor Pedro Filipe promoveu uma petição que recolheu cerca de duas mil e quinhentas assinaturas, onde se exige uma tomada de posição oficial e nacional sobre o futuro deste património classificado, destacando que, em princípio, realizar-se-á no próximo dia vinte seis de Janeiro, no Teatro Taborda, um congresso para debater o Rosa Damasceno. Quis saber o que pensa a Câmara deste assunto e qual a evolução do processo que corre em Tribunal. -----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o Nó de Saída da Auto-Estrada número um, nas imediações da Área de Serviço de Santarém, para servir o futuro do concelho. -----

--- Saudou os Bombeiros Voluntários de Santarém, pela tão ansiada inauguração do seu novo Quartel, considerando ser mais um excelente e merecido equipamento colocado ao serviço do concelho e da sua população. -----

--- Usou, a seguir, da palavra o senhor **Eugénio Pisco** que frisou que o PS e o PSD, neste final de ano, brindaram-nos com a nova Lei Eleitoral que visa eliminar a eleição directa

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

para as Câmaras Municipais, pretendendo, assim, garantir administrativamente maiorias absolutas a quem detém a presidência daqueles órgãos. -----

--- Considerou que esta Lei preconiza que o funcionamento colegial dos órgãos seja reduzido, assim como a sua fiscalização democrática, levando-se esta questão à personalização extrema, tudo isto em nome do bom funcionamento dos Municípios. ----

--- Em dois mil setecentos e cinquenta e cinco actos eleitorais, segundo referiu, apenas houve vinte vezes eleições intercalares e em cinquenta por cento onde ocorreram a força política que provocou as eleições detinha maioria absoluta. -----

--- Afirmou que aquilo que se pretende é o esmagamento das forças políticas minoritárias, reduzindo ao mínimo a pluralidade, sublinhando que esta Lei apresenta, em seu entender, um factor gerador de empobrecimentos da vida democrática. -----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que informou finalmente ter recebido o relatório e parecer da Comissão do Poder Local de Ordenamento do Território e Ambiente sobre a Petição relativa à poluição do Alviela, referindo que este assunto irá subir a plenário esperando que o seu agendamento seja efectuado rapidamente, sublinhando que o Rio encontra-se novamente carregado de resíduos e está cada vez com menos vida. -----

--- Referiu que irá remeter o referido relatório à Mesa da Assembleia para que este possa ser distribuído a todos os membros deste órgão. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Luís Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Cima, que solicitou esclarecimentos sobre o pagamento do subsídio para os transportes escolares assegurados pela Junta de Freguesia, salientando que desde de Setembro que não recebe qualquer verba respeitante a este serviço o que está a causar graves transtornos de tesouraria. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Luís Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que alertou para o problema de poluição que está a ser causado por uma pecuária existente em Alcanhões, manifestando a sua preocupação sobre a possível

contaminação da água do furo que abastece a freguesia, que se encontra nas imediações desta pecuária. -----

--- Foi dada a palavra, de seguida, ao senhor **Luís Leitão** que questionou para quando está prevista a implementação do artigo quarenta e oito da Lei das Finanças Locais que prevê a nomeação, pelas Câmara Municipais, de um Auditor de Contas externo ao Município, o qual já deveria ter sido nomeado pelo Município de Santarém no decurso deste ano. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Luís Almeida** que referiu que uma das competências dos membros deste órgão é acompanhar e fiscalizar os actos do Município, salientando que ao longo deste mandato têm sido apresentados, pelos membros da bancada do PS, diversos pedidos de informações à Câmara que não têm sido objecto de resposta por parte desta. Perguntou ao senhor Presidente da Assembleia quais os procedimentos que tem tomado relativamente a este assunto. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, que sublinhou a intervenção do anterior orador, salientando que, no início de dois mil e seis, formulou diversos pedidos de informações dirigidos à Câmara sobre os quais até à presente data não obteve qualquer resposta, considerando ser uma falta de respeito por este órgão. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que saudou, na pessoa do senhor Vicente Batalha, a forma digna como decorreram as acções de homenagem à memória de Bernardo Santareno. -----

--- Alertou para a necessidade de ser criado um depósito para “monos” de modo a evitar que os mesmos sejam lançados em qualquer sítio. -----

--- Salientou que o Partido Socialista está com a população da Ribeira de Santarém e disponível para ajudar a encontrar uma solução. -----

--- Interveio, de seguida, o senhor **Nuno Serra** que se referiu ao assalto violento ocorrido no Centro Histórico da Cidade que passou a preocupar mais a população do concelho,

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

considerando fundamental que a Administração Interna entenda a necessidade de aumentar os efectivos de modo a evitar males maiores. -----

--- Salientou o esquecimento que a Administração Central tem remetido o concelho e a cidade. Para aqueles que pensavam que o Governo iria retribuir todas as vitórias que o concelho lhes deu ao longo de trinta anos enganaram-se. Frisou que o Governo não quer assumir que Santarém existe e que tem uma nova personalidade e um novo carácter. -----

--- Afirmou que Santarém foi perdendo algumas instituições que a distinguiu como Capital de Distrito. Perdeu-se a Escola Prática de Cavalaria, o Instituto Português da Juventude, o Instituto do Desporto, e agora, o Presídio Militar, o que, em seu entender, leva a acreditar que Santarém está claramente fora de qualquer notoriedade no quadro futuro a ser implementado pelo actual Governo.-----

--- Destacou que o facto de Santarém não ter sido contemplada com verbas em PIDDAC não irá fazer parar o Executivo, sublinhando que para a quarta fase do POLIS foram atribuídos mil euros. E se existissem dúvidas basta, para isso, analisar a recusa do empréstimo excepcionado para a Ribeira de Santarém, querendo saber se por parte do PS local existem algumas diligências de forma a alterar esta situação e se é possível voltar a ter esta dotação excepcional para a Ribeira de Santarém. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Pedro Malaca** que solicitou esclarecimento sobre o processo de requalificação das Barreiras de Santarém, nomeadamente o que foi feito e o que falta ainda fazer. -----

--- Foi dada a palavra, a seguir, à senhora **Idália Moniz** que quis saber qual o seguimento que tiveram os dois requerimentos entregues à Mesa na Sessão da Assembleia realizada no passado dia vinte e três de Novembro, que passou a ler de imediato e que solicitou a sua transcrição:-----

---“Na sequência da alusão do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Santarém à não aceitação de todas as justificações apresentadas pela Câmara Municipal de Santarém ao Ministério das Finanças, para enquadramento da dívida do Município;---

--- Na sequência da alusão do senhor Vice-Presidente da Câmara à metodologia adoptada pelo Ministério das Finanças quanto à aplicação de critérios diferentes a diferentes Municípios para decisão sobre o mesmo tipo de justificação apresentada; -----

--- Vêm os deputados municipais do Partido Socialista solicitar que seja presente a esta Assembleia, em tempo útil que permita a análise da documentação antes da próxima Assembleia Municipal Ordinária:-----

--- Um--Listagem detalhada dos montantes remetidos e justificação apresentada pelo Executivo.-----

--- Dois--Listagem detalhada dos montantes rejeitados e respectiva justificação dos serviços do Ministério das Finanças.-----

--- Santarém, vinte e três de Novembro de dois mil e sete.”.-----

--- “Os deputados municipais do Partido Socialista vêm pelo presente requerer que lhes seja remetida informação, em tempo útil que permita a análise da documentação antes da próxima Sessão Ordinária Assembleia Municipal, sobre:-----

--- --Montante da dívida da Câmara Municipal de Santarém no início do presente mandato;-----

--- --Montante amortizado à dívida existente no início do mandato;-----

--- --Acréscimo da dívida gerado no actual mandato.-----

--- Santarém, vinte e três de Novembro de dois mil e sete.”.-----

--- Prosseguiu, referindo que tem verificado um reforço de efectivos da PSP no Centro Histórico, perguntando quais as diligências tomadas pelo Executivo Camarário tendo em vista o aumento de agentes de segurança nas freguesias.-----

--- Saliu que tem ouvido com frequência a mensagem de Natal, passada através da aparelhagem sonora instalada no Centro Histórico da Cidade, dos senhores Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, questionando se os restantes senhores vereadores também gravaram mensagens de Natal.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Carlos Beja**, Presidente da Junta de Freguesia de

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

Moçarria, que fez um balanço do trabalho realizado no presente mandato na sua freguesia, realçando o início da pavimentação de diversas ruas, a manutenção das condições dos transportes escolares, o alargamento das responsabilidades por via do protocolo de delegação de competências ao nível do primeiro ciclo e do ensino básico, a regularização e utilização da velha escola centenária como sede do Moçarria Aventura Clube, a conclusão da negociação para aquisição dos terrenos para alargamento do cemitério, o início da construção de um muro de suporte de terras junto à capela do Secorio e a construção de uma Casa Mortuária. -----

--- Prosseguiu, referindo um conjunto de obras importantes para a freguesia da Moçarria, designadamente a requalificação do Largo Eng. Duarte Pacheco e do recinto de festas, assim como de vários espaços verdes.-----

--- Referiu que apesar da implementação destes investimentos ainda não estão asseguradas todas as condições de vida da população, destacando que o adiamento nas obras de saneamento básico está a atrasar a repavimentação das principais ruas da freguesia. -----

--- Concluiu afirmando que gostaria de ver no próximo ano a colocação de um relvado sintético no Campo de Futebol da Moçarria. -----

--- Usou, seguidamente, da palavra o senhor **José Luís Cabrita** que referiu que, ontem, na Assembleia da CULT foi informado que o Projecto de Recuperação das Barreiras de Santarém não se encontra inscrito em PIDDAC porque a Câmara há mais de um ano que está para elaborar o respectivo projecto e até hoje ainda não o fez, querendo saber qual a situação de elaboração do referido projecto. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que a Mesa assim que recebe os pedidos de informações remete-os de imediato ao Executivo Municipal a fim de lhes ser prestadas as respectivas respostas, acrescentando terem sido tomadas algumas diligências especiais nesse sentido. Referiu que mais uma vez irá empenhar-se para que as respostas sejam enviadas à Mesa para que esta as possa remeter aos interessados, aproveitando

para solicitar ao Executivo para tomar as devidas providências nesse sentido. -----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara** apresentou desculpa relativamente à falta de respostas aos pedidos de informações dos senhores deputados municipais, esclarecendo que irá averiguar qual o motivo da ausência dessas respostas. -----

--- Quanto ao saneamento básico da Ribeira de Santarém, informou ter tomado nota de modo a serem efectuadas algumas obras de correcção relativamente ao problema levantado. -----

--- Referiu que o Executivo Municipal tem acompanhado o processo relativo ao Presídio Militar, à semelhança da Escola Prática de Cavalaria, de modo a que a Câmara possa intervir relativamente ao destino a dar àqueles imóveis.-----

--- Referiu que as obras do Campo Sá da Bandeira obrigaram à demolição da Sala de Leitura Bernardo Santareno, tendo sido desde logo previsto um local para a sua instalação. Neste momento, a ultima intervenção no antigo Ginásio do Seminário já foi adjudicada, prevendo-se que em Fevereiro/Março aquele espaço já esteja devidamente equipado de modo a acolher a Sala de Leitura Bernardo Santareno com todas as condições que são merecidas. -----

--- Relativamente ao Teatro Rosa Damasceno, salientou que a acção judicial está novamente no Tribunal de Santarém, fruto do deferimento de um recurso que mandou descer o processo à primeira instância, para ser novamente discutida devido a um conjunto de questões colocadas pela autarquia. Referiu que o pedido prende-se com a questão da simulação do negócio, salientando que, segundo informação dos advogados que agora estão a conduzir o processo, estes tiveram que proceder a novo registo porque a acção se encontrava mal registada, pelo anterior titular do processo, sublinhando que a referida acção apresenta muitas fragilidades, acrescentando que os advogados que detêm este processo ficaram de elaborar um memorando sobre a situação do mesmo. -----

--- No tocante ao nó da Auto-Estrada número um a norte do concelho, deu conhecimento

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

de que a Brisa informou não ser possível realizar este nó por motivos de não ser viável do ponto de vista de exploração. -----

--- Saudou os Bombeiros Voluntários de Santarém pela inauguração do novo Quartel, aproveitando para falar da fusão dos Bombeiros Voluntários com os Bombeiros Municipais, lembrando que a deliberação sobre este assunto já foi tomada há cerca de quinze anos. Clarificou que neste processo serão envolvidos os Bombeiros, as associações representativas e os eleitos locais de modo a ter um melhor corpo ao nível da protecção civil na nossa cidade. -----

--- Informou já ter sido dada ordem para os serviços procederem ao pagamento dos transportes escolares às Juntas de Freguesia. -----

--- Relativamente à Pecuária em Alcanhões, referiu que os serviços de fiscalização estão a proceder à averiguação no sentido de apurar se a mesma está a laborar dentro da legalidade. -----

--- Referiu, em relação ao auditor externo, já ter uma proposta elaborada com vista à sua nomeação. Contudo, a ANMP emitiu uma circular recomendando aos Municípios para não o fazerem dado existirem dúvidas de interpretação. -----

--- Quanto à recolha de “monos” disse ter um fiscal do ambiente que acompanha estas situações, salientando existir um número verde para o qual os munícipes podem ligar para combinar essas recolhas. Relativamente ao local para o depósito disse ser uma situação mais complicada por questões ambientais, referindo que a recolha dos objectos efectuada pelos serviços são encaminhados para as empresas especializadas que os sabem tratar. -----

--- Prestou esclarecimentos em relação ao empréstimo excepcionado para a Ribeira de Santarém, historiando um pouco o que se passou relativamente a este processo. Criticou a posição do senhor Ministro das Finanças não autorizando de forma casuística a contratação do empréstimo em causa, salientando não haver, nesta altura, condições para recorrer dessa decisão. Disse ainda ter esperança que na Lei de Orçamento de Estado

para dois mil e oito o Governo autorize de forma genérica a contratação de empréstimos excepcionados quer para a reabilitação urbana quer para os fundos comunitários. -----

--- No tocante às Barreiras de Santarém, esclareceu que foi adjudicado um estudo que envolve todas as entidades que têm jurisdição sobre as Barreiras, lamentando que o Governo não reconheça que a Câmara está a pagar um estudo que não é da sua competência e que tenha atribuído para Santarém uma verba de apenas mil euros no âmbito do programa POLIS.-----

--- Apresentou desculpas à senhora Idália Moniz por não ter tido oportunidade de lhe fazer chegar os elementos solicitados, aproveitando para lhe entregar o dossier relativo ao empréstimo excepcionado para a Ribeira de Santarém. -----

--- Salientou que mais adiante aquando da discussão do Orçamento, terá oportunidade de esclarecer toda a situação da dívida da Câmara. -----

--- Em relação ao aumento de efectivos da PSP na cidade frisou que a Autarquia não é o Ministério da Administração Interna, referindo que ao contrário daquilo que a senhora deputada disse, existem menos polícias em Santarém e que apesar da esquadra da PSP de Fátima ter sido extinta não veio nenhum desses agentes para Santarém.-----

--- No que concerne às mensagens de Natal do senhor Presidente da Câmara, disse ter sido um acordo que foi efectuado entre a Câmara e a empresa, salientando ser o senhor Presidente que representa o Executivo e por isso é normal que emita uma mensagem de Natal aos munícipes.-----

--- Foi dada a palavra à senhora **Idália Moniz** que agradeceu ao senhor Vice-Presidente da Câmara a documentação adicional, contudo, não prescinde da informação que solicitou por escrito. -----

--- Disse saber que a Câmara Municipal de Santarém não é o Ministério da Administração Interna, sublinhando que aquilo que perguntou foi quais as diligências tomadas pelo Executivo tendo em vista o aumento da segurança no concelho. -----

--- Lembrou ter também perguntado se os restantes senhores vereadores gravaram

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

mensagens de Natal. -----

--- A seguir, o senhor **Vice-Presidente da Câmara** salientou que iria recomendar à empresa responsável pela emissão das mensagens no sentido de todos os senhores vereadores poderem gravar mensagens de Natal, inclusive a senhora deputada Idália Moniz. -----

--- Questionou quais as medidas que a senhora deputada Idália Moniz, enquanto Secretária de Estado, tomou para aumentar a segurança no concelho de Santarém. -----

--- Informou que, no âmbito da segurança, a Câmara tem criado lugares de estacionamento para os carros de patrulha da PSP, em zonas consideradas críticas, têm sido enviados ofícios regularmente à Administração Interna para que as questões de segurança seja resolvidas e tem mantido contactos regulares com o Governador Civil. ---

--- Retomou a palavra a senhora **Idália Moniz** que referiu que o senhor Vice-Presidente acabou de responder àquilo que lhe foi colocado sobre segurança, salientando que está aqui na qualidade de deputada municipal, que considera uma função muito nobre, e não outra. -----

--- Por último, interveio o senhor **Vice-Presidente da Câmara** que solicitou à senhora Idália Moniz enquanto deputada municipal, com as influências que possa exercer, até porque está eleita pelo partido do Governo, possamos vir a ter mais polícias em Santarém. -----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----

--- Usou da palavra o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de freguesia de Vaqueiros, solicitando esclarecimentos em relação às candidaturas ao QREN que a

Câmara pretende efectuar e quais as que estão em preparação.-----
--- Perguntou qual o apoio técnico que a Câmara pode prestar às freguesias para preparação das candidaturas ao QREN.-----
--- Interveio, depois, a senhora **Dúnia Palma** que se referiu ao realojamento do Bairro Dezasseis de Março, perguntando se este realojamento se refere a todo o Bairro e em caso afirmativo se está prevista alguma intervenção neste local.-----
--- Tomou, a seguir, a palavra o senhor **João Leite** que realçou o facto do concurso para requalificação do Campo Sá da Bandeira ter tido nove empresas interessadas, considerando que Santarém ganhou um novo estatuto.-----
--- Felicitou o Executivo Municipal por este continuar a apostar na requalificação da Ribeira de Santarém.-----
--- Registou com agrado a inauguração das novas instalações do Serviços de Higiene e Limpeza da Câmara Municipal de Santarém, salientando as péssimas condições de trabalho que os funcionários daqueles serviços tinham.-----
--- Quis saber qual o resultado prático da reunião havida entre o senhor Vereador do Pelouro da Juventude e o responsável do Instituto Português da Juventude.-----
--- De seguida, interveio o senhor **Luís Almeida** que considerou que o relatório deveria conter alguma informação sobre aquilo que foi tratado nas reuniões havidas.-----
--- Alertou para a necessidade de haver maior rigor em relação às datas colocadas nos relatórios.-----
--- Foi dada, depois, a palavra à senhora **Maria Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, que salientou que a presente informação refere uma visita do senhor Presidente da Câmara ao Vale de Santarém, sublinhando não ter dado pela sua presença nesta freguesia.-----
--- Seguidamente, no uso da palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** que esclareceu relativamente ao QREN que estão a ser emitidos regulamentos, mas as condições específicas para as candidaturas ainda não são conhecidas. Contudo, segundo julga saber,

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

são privilegiadas as candidaturas que envolvam mais do que uma entidade, informando que será prestado o apoio técnico necessário às candidaturas que as Juntas de Freguesia pretendam fazer.-----

--- Quanto ao Bairro Dezasseis de Março, referiu que a intenção do Executivo é efectuar o realojamento da totalidade dos seus moradores, salientando não ter ainda informação sobre o destino a dar ao referido Bairro. -----

--- Disse não ter conhecimento da deslocação do senhor Presidente da Câmara ao Vale de Santarém, no entanto, atendendo à fase do ano em que nos encontramos, é possível que essa visita tenha ocorrido.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** que informou que a reunião com o responsável do Instituto Português da Juventude (IPJ) prendeu-se com a necessidade de ser criado um Espaço Jovem em Santarém, tendo sido colocada a hipótese deste espaço ficar a funcionar nas instalações do IPJ de Santarém. Todavia, essa decisão ainda não pôde ser tomada dado, neste momento, ainda não haver conhecimento sobre se a Delegação Regional do IPJ de Santarém se manterá a funcionar em Setúbal, se virá para Santarém ou se irá para Lisboa. -----

--- *Concluídas as intervenções, este ponto não carece de qualquer votação.*-----

--- **PONTO DOIS – PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ENTRE O ESTADO E O MUNICÍPIO DE SANTARÉM – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL ATÉ CINCO POR CENTO NO IRS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezassete de Dezembro de dois mil e sete, cabe-me propor à Exma. Assembleia que o Município de Santarém tenha uma participação de cinco por cento no IRS em dois mil e nove, não prescindindo de nenhuma parte, atendendo à necessidade de saneamento financeiro e investimento com aproveitamento do QREN, nos termos do número dois, do artigo vigésimo, da Lei dois/dois mil e sete, de quinze de Janeiro (Lei das Finanças Locais)”.-----

--- Interveio o senhor **António Moura Pires** que referiu que o PS irá votar favoravelmente este ponto dado concordar com a proposta apresentada pelo Executivo, acreditando que esta repartição responderá a uma necessidade de financiamento do Município.-----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Helder Pombo** que salientou que aquilo que se está aqui a discutir, em sua opinião, é algo de ridículo, considerando ser mais uma medida populista do actual Governo para financiar os Municípios. -----

--- Destacou concordar com a proposta apresentada repudiando, no entanto, este tipo de financiamento das Autarquias. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Eugénio Pisco** que referiu que a nova Lei das Finanças Locais introduziu alterações significativas à forma de financiamento dos Municípios, considerando não ser possível equacionar outra medida que não seja os Municípios afirmarem o seu direito aos cinco por cento sobre o IRS que a Lei consagra.

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Repartição de Recursos Públicos entre o Estado e o Município de Santarém – Participação variável até cinco por cento no IRS**, nos termos do número dois, do artigo vigésimo, da Lei dois/dois mil e sete, de quinze de Janeiro (Lei das Finanças Locais), tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO TRÊS – PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DAS TAXAS, PARA O ANO DE DOIS MIL E OITO, NO ÂMBITO DA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL DE SANTARÉM.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de doze de Novembro de dois mil e sete, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação da **Proposta de Manutenção de Taxas, para o ano de dois mil e oito, no âmbito da Comissão Arbitral Municipal**, nos termos da alínea a) do número dois do artigo sessenta e quatro, conjugado com o previsto na alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, nos termos e com os fundamentos apresentados na informação número duzentos e trinta e quatro, de oito de Novembro de dois mil e sete, da Divisão de Assuntos Jurídicos e Notariados”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Manutenção de Taxas, para o ano de dois mil e oito, no âmbito da Comissão Arbitral Municipal**, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO QUATRO – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E OITO.**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Dezembro de dois mil e sete, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação das **Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e oito**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Ramiro Matos** que fez a apresentação do documento em apreço, referindo que o orçamento para dois mil e oito é aquele que apresenta o valor mais alto de todos os Orçamentos do Município, fazendo a demonstração da evolução destes documentos provisionais entre dois mil e três e dois mil e oito. -----

--- Frisou que as áreas privilegiadas são a requalificação de arruamentos e de espaços públicos, a educação, as instalações desportivas e recreativas e os parques e jardins. -----

--- Destacou que do lado da despesa está o grosso da dívida enquanto do lado da receita existem verbas que ainda não puderam ser incluídas que se prendem com candidaturas a

fundos comunitários que só podem ser inscritas quando homologadas.-----
--- Referiu que os desafios que se colocam aos Municípios obrigam ao aumento das despesas correntes, sublinhando que as próprias transferências do Estado são consideradas despesas desta natureza.-----
--- Salientou que o Executivo, recentemente, aumentou a dívida em cerca de três milhões de euros, ao deliberar sobre a esmagadora maioria das transferências para as freguesias, no âmbito do protocolo de transferência de competências, que estavam por deliberar.----
--- Concluiu, referindo que aquando da tomada de posse do actual Executivo foi entregue um Relatório Financeiro da Autarquia que apresentava um passivo de cerca de sessenta e oito milhões de euros. No entanto, não estavam contabilizados no referido relatório quer facturas em conferência quer muitos dos compromissos assumidos pelo anterior Executivo que fizeram o valor da dívida do Município chegar muito perto dos oitenta milhões de euros.-----
--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que começou por referir que a CDU após ter analisado o documento em apreço é forçada a concluir que decorridos mais de dois anos de governação do PSD, na Câmara Municipal de Santarém, a anunciada mudança continua por se concretizar.-----
--- Considerou que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e oito confirmam que uma política de rigor, virada para a modernização e desenvolvimento do concelho, continua por implementar, assim como o bem-estar da população continua a ser descurado.-----
--- Prosseguiu, o Orçamento apresenta uma previsão de receitas resultantes da venda de bens e serviços correntes na ordem dos vinte e cinco milhões de euros, referindo que a receita de quinze milhões e quinhentos mil euros provem da alienação de quarenta e nove por cento do capital social da empresa “Águas de Santarém” que, em seu entender, conduzirá à falência desta empresa logo no início da sua actividade.-----
--- Constatou que em termos de despesa pelo menos cerca de doze milhões e quinhentos

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

mil euros respeitantes a acordos de pagamentos celebrados com fornecedores não se encontram orçamentados, sublinhando que a despesa corrente tem um agravamento de vinte seis por cento comparada com o ano de dois mil e sete. -----

--- Frisou que a despesa com pessoal praticamente não aumentou, no entanto, as despesas com a aquisição de bens e serviços teve um acréscimo de quase quarenta e oito por cento, considerando estar-se perante uma política que desvaloriza os recursos humanos da autarquia. -----

--- Discordou que num concelho onde existem tantas necessidades básicas se estabeleça como principal prioridade a cultura. -----

--- Apreciou positivamente o plano de formação da Câmara Municipal de Santarém para os anos de dois mil e oito e dois mil e nove, considerando importante que esta Assembleia seja informada do número de horas de cada acção de formação. -----

--- Concluiu, salientando que o presente Orçamento inclui no seu final uma proposta de contratação de empréstimo de curto prazo, referindo que, em seu entender, as contratações de empréstimos têm de ser objecto de propostas autónomas e devidamente fundamentadas. -----

--- Depois, o senhor **Carlos Beja**, Presidente da Junta de Freguesia de Moçarria, proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “Em nome dos seis Presidentes de Junta de Freguesia de Moçarria, Pernes, Póvoa da Isenta, Santa Iria da Ribeira de Santarém e Vale de Figueira, gostaríamos de dizer, em relação aos instrumentos provisionais, o seguinte: -----

--- É finalmente o instrumento que permite em dois mil e oito sanear financeiramente o conjunto das relações entre a Câmara Municipal de Santarém e as Juntas de Freguesia do concelho. Pelo que, cumprindo as expectativas agora lançadas, poderemos em dois mil e nove entrar numa relação de normalidade, em que o conjunto de acções a colocar nesse orçamento serão o conjunto de acções a realizar nesse ano; -----

--- A participação que todos os Presidentes de Junta de Freguesia tiveram na concepção

destes documentos, significa que as rubricas agora propostas contaram com a opinião dos Presidentes de Junta.-----

--- Por fim, mas não menos importante, o facto de mesmo pagando tudo o que é dívida anterior, serem fixados critérios objectivos de transferência para cada uma das freguesias, de verbas necessárias de modo a conseguir ainda em dois mil e oito a concretização de pelo menos uma acção relevante em cada uma das freguesias”.-----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Nuno Serra** que destacou que o presente Orçamento inclui quase a totalidade da dívida do Município, sendo, em sua opinião uma medida positiva, pois é importante saber os montantes do passivo e do activo.-----

--- Considerou ser um Orçamento voltado para o bem-estar das populações, verificando um aumento exponencial das verbas destinadas às escolas, jardins e instalações desportivas, sublinhando o empenhamento do Executivo Municipal em actuar em áreas básicas como a educação e a acção social.-----

--- Frisou ser importante que não se olhe para os orçamentos apenas na área do betão, salientando ter sido necessário chegar um Executivo do PSD para se apostar na protecção do meio ambiente.-----

--- Manifestou também a sua preocupação relativamente às despesas correntes esperando que se possa reduzir algumas das despesas supérfluas e que o presente Orçamento seja digno da população do concelho. -----

--- Seguidamente, interveio a senhora **Maria Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta do Vale de Santarém, que manifestou alguma mágoa ao não ver contemplada em Orçamento a construção da Escola EB – Dois/Três do Vale de Santarém, querendo saber qual o motivo desta Escola não ter sido inscrita nas Grandes Opções do Plano, assim como a requalificação da Rua do Açude que poderia ser uma alternativa à Estrada Nacional Três, retirando muito trânsito a esta via.-----

--- Perguntou se a transferência do saneamento básico para a empresa “Águas de Santarém” não irá atrasar as obras de saneamento no Alto do Vale, assim como se a Rua

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

da Igreja irá ser contemplada com esta infra-estrutura. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, que referiu que os orçamentos, em sua opinião, são sempre motivo de preocupação sobretudo quando os valores são empolados, lembrando que, aquando da discussão do Orçamento para dois mil e sete, houve alguém que levou a mal quando afirmou que o Orçamento poderia vir a ser amputado em vinte milhões de euros, provenientes da antecipação de receitas da EDP. -----

--- Manifestou alguma preocupação pelo facto deste Orçamento incluir novamente vinte e três milhões de euros respeitantes à antecipação de receitas da EDP e mais quinze milhões de euros da alienação de quarenta e nove por cento do capital social da empresa “Águas de Santarém”, frisando entender que foi a única forma de incluir no documento toda a dívida do Município. No entanto, é um risco demasiado grande porque ao faltarem estas receitas das duas uma: ou o orçamento não será cumprido em quarenta milhões de euros ou se for cumprido só há uma solução que é aumentar a dívida. -----

--- Referiu que no seu entender as despesas correntes têm a sua razão de ser e são imprescindíveis ao funcionamento do Município. Contudo, há despesas que o preocupam que têm a ver com três rubricas, as quais têm um peso de quatro por cento no Orçamento, respeitantes a estudos e pareceres, despesas com publicidade e outros trabalhos. -----

--- Sublinhou que a receita proveniente da venda do capital social da empresa “Águas de Santarém”, no seu entender, deveria ser para o Município aumentar o capital naquela empresa porque vai ser necessário muito investimento. -----

--- Conclui, salientando que contrariamente àquilo que foi prática do PSD, enquanto oposição, o PS irá abster-se na votação deste Orçamento. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara** que considerou demagógica a intervenção do senhor José Luís Cabrita. -----

--- Lembrou que o Executivo apresentou um conjunto de medidas para a resolução da dívida que foram reprovadas umas na própria Câmara, outras pela Assembleia e agora

pelo Governo como foi o caso do empréstimo excepcionado para a Ribeira de Santarém.

--- Referiu ser um orçamento a pensar nas pessoas.-----

--- Quanto à antecipação de receitas da EDP, esclareceu ter um contrato com o visto tácito do Tribunal de Contas no valor de cerca de vinte e dois milhões de euros que tem de ser contabilizado em Orçamento.-----

--- Salientou que caso o Executivo não estivesse preocupado com a dívida mantinha as facturas em conferência e apresentava um Orçamento com um valor muito mais baixo. --

--- Clarificou que os acordos de pagamento estão todos incluídos no Orçamento. Contudo, apenas foi inscrito aquilo que irá ser pago em dois mil e oito.-----

--- Prosseguiu, prestando alguns esclarecimentos, referindo, em relação à alienação do capital social da empresa “Águas de Santarém”, que não percebe muito bem a posição do senhor Presidente da Junta de Tremês que umas vezes pode abordar este assunto e outras não. Relativamente às despesas correntes, informou que as três rubricas que têm um peso de quatro por cento no Orçamento, são aquelas que tinham um valor mais elevado de dívida.-----

--- Esclareceu que a cultura não é a principal prioridade deste Executivo, salientando que se foram comparados os valores de dois mil e seis e dois mil e sete verifica-se que se está a orçamentar menos para dois mil e oito. -----

--- Quanto ao empréstimo de curto prazo esclareceu ser uma prática utilizada há dois anos, referindo que o mesmo se destina a auxílio de tesouraria que terá de estar liquidado a trinta e um de Dezembro, sublinhando que a Lei consagra uma grande simplicidade relativamente à contratação deste tipo de empréstimos. -----

--- Referiu que a Escola do Vale de Santarém não esta inscrita em Orçamento porque não existem condições práticas para iniciar a sua construção no ano de dois mil e oito.-----

--- No tocante ao saneamento básico, referiu que a Câmara irá proceder à cedência das posições à empresa “Águas de Santarém” para que esta execute as intervenções programadas.-----

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

---Interveio novamente o senhor **José Luís Cabrita** que referiu terem perspectivas diferentes em termos da política de gestão do Município, salientando que faz a apreciação do Orçamento com base nos conhecimentos que dispõe. -----

--- Quanto ao empréstimo, disse que a CDU não é obrigada a votar as propostas tal como a Câmara as apresenta, sublinhando o que afirmou na sua anterior intervenção sobre este assunto. -----

--- Depois, usou da palavra a senhora **Maria Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta de Freguesia do Vale de Santarém, referindo não ter sido esclarecida sobre o saneamento da Rua da Igreja e a requalificação da Rua do Açude.-----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, considerando deselegante a forma como o senhor Vice-Presidente se dirigiu a ele sobre a questão das “Águas de Santarém”.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara** que considerou genérico de mais estar-se a comparar políticas de pessoal com políticas de aquisição de serviços.-----

--- Quanto à Rua do Açude informou não haver, neste momento, condições para assumir esta obra. -----

--- Relativamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tremês clarificou que não compreende a sua posição sobre a empresa “Águas de Santarém” porque umas vezes pode falar e outras não, apenas lhe apontou alguma incoerência do ponto de vista político. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e oito**, que inclui também uma autorização para a contratação de empréstimo, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e nove votos a favor, zero votos

contra e vinte e duas abstenções.-----
--- Foram efectuadas as seguintes Declarações de Voto:-----
--- Pela senhora **Dúnia Palma** “A abstenção do Partido Socialista, que na prática se traduz pela viabilização do Orçamento, tem como razão primeira dar liberdade ao partido que lidera a Câmara para cumprir o orçamento que propõe.-----
--- As opções do Partido Socialista seriam bem diferentes, sobretudo ao nível das despesas correntes e principalmente as que recaem nos gastos de funcionamento da própria estrutura da autárquica, como é o caso dos aumentos de verbas inscritas em publicidade e outros trabalhos especializados.-----
--- É uma prática autofásica que conduz ao despesismo e a procedimentos dificilmente repetíveis em anos vindouros”.-----
--- Pelo senhor **José Luís Cabrita** “A abstenção da CDU resulta das razões apontadas na minha intervenção, mas fundamentalmente porque na maioria das vezes, ao longo dos anos, tem vindo a respeitar a vontade da população, pelo que a nossa posição não poderia ser outra. Relativamente ao empréstimo naturalmente que nos reservamos o direito de aferir, pela vias competente, da sua legalidade quanto à sua inserção nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém”.-----
--- Pelo senhor **Carlos Beja** “considero a minha intervenção Declaração de Voto dos Presidentes de Junta de Freguesia de Moçarria, Pernes, Póvoa da Isenta, Santa Iria da Ribeira de Santarém, Vale de Figueira”.-----
--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EMPRESA “A.S. – ÁGUAS DE SANTARÉM, SA. EM”**. -
--- No seguimento da reunião do Executivo Municipal de dezanove de Dezembro de dois mil e sete, a Câmara Municipal deliberou propor à Assembleia Municipal a seguinte remuneração para os Titulares dos Órgãos Sociais da Empresa “A.S. – Águas de Santarém, S.A. EM, de acordo com o número dois da proposta dezoito/VP/dois mil e sete:-----

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

--- “a) que os membros do Conselho de Administração não devem auferir qualquer remuneração, sendo que os titulares de órgãos da empresa que exercem funções na Câmara Municipal não têm direito a qualquer remuneração e os que não exercem essas funções terão direito a senha de presença por cada reunião em que participem, de montante igual às atribuídas aos vereadores sem pelouro; -----

--- b) que o Fiscal Único aufera a remuneração setecentos e cinquenta euros mensais.” --

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que realçou o trabalho realizado pelos Serviços Municipalizados de Santarém, ao longo dos anos, considerando que no serviço público também é possível efectuar um trabalho com qualidade. -----

--- Levantou algumas dúvidas quanto à nomeação de dois dos vogais do Conselho de Administração da empresa “Águas de Santarém”, referindo haver incompatibilidades, em seus entender, entre a Administração desta empresa e a sua permanência na Assembleia Municipal. -----

--- Usou, depois, da palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara** que esclareceu face às dúvidas levantadas que a Câmara solicitou um parecer o qual refere não existir incompatibilidade relativamente aos dois membros da Assembleia. Todavia, caso seja trazido a este órgão deliberativo qualquer questão onde eles tenham interferido no seio do Conselho de Administração da Empresa “Águas de Santarém” naturalmente que, nessas circunstâncias, estarão impedidos de votar esse assunto. -----

--- Retomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** destacando que a CDU também teve o cuidado de solicitar parecer sobre esta matéria, referindo que no Estatuto do Gestor Público vem definido aquilo que é o administrador executivo e o administrador não executivo. Contudo, os estatutos da empresa em causa não fazem distinção entre administradores executivos e não executivos, considerando que este assunto deveria ser suficientemente discutido. -----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Nuno Serra** que manifestou a sua satisfação face ao avanço deste processo, considerando que, apesar da competência dos actuais membros

do Conselho de Administração da Empresa “Águas de Santarém”, nesta fase de transição, é imperioso que aquando da entrada do parceiro privado seja retomado o conceito de empresa de gestão.-----

--- Salientou que o PSD concorda com a remuneração proposta, sem deixar de parte a ideia de um sistema remuneratório coincidente com aquilo que é a exigência do cargo. --

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Luís Almeida** que referiu que votará a favoravelmente a proposta apresentada, fazendo fé no parecer mencionado pelo senhor Vice-Presidente da Câmara. -----

--- Interveio, de seguida, o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, que considerou que aquilo que está em discussão é a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da empresa e não a sua composição. -----

--- Tomou a palavra novamente o senhor **Vice-Presidente da Câmara** que clarificou que aquilo que a Assembleia tem que deliberar, de acordo com a sua competência, é a remuneração dos titulares dos órgãos sociais, lembrando que a composição dos referidos órgãos sociais são da responsabilidade do Executivo Municipal. -----

--- Depois, o senhor **Luís Leitão** interveio referindo que gostaria que fosse emitido um parecer que conjugasse o número oito do artigo sessenta e quatro com a alínea i) do número um do mesmo artigo, da Lei cinco-A/dois mil e dois de onze de Janeiro.-----

--- Solicitou, de novo, a palavra o senhor **José Luís Cabrita** para referir que não se está a discutir uma proposta em abstracto, salientando que a mesma coincide sobre pessoas concretas não podendo assumir uma votação quando sabe de antemão de uma irregularidade na deliberação tomada pelo Executivo Municipal, apesar de concordar com a remuneração proposta.-----

--- Interveio, de seguida, a senhora **Idália Moniz** que solicitou para que não fiquem dúvidas relativamente a matérias desta natureza que o parecer referido pelo senhor Vice-Presidente da Câmara seja desenvolvido no sentido de clarificar esta questão. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** salientou que o assunto que irá ser votado pela

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

Assembleia é precisamente a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da empresa “Águas de Santarém”. -----

--- Por último, tomou a palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara** que sublinhou o que disse o senhor Presidente da Assembleia, salientando que o Executivo poderia deliberar sobre composição dos órgãos sociais só depois da aprovação das respectivas remunerações pela Assembleia. -----

--- Informou que os pareceres não são solicitados com base neste ou naquele artigo, mas sobre um determinado assunto. -----

--- Concluiu, esclarecendo que cabe à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração da empresa decidir sobre quem são os órgãos executivos e não executivos. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Remuneração dos Titulares dos Órgãos Sociais da Empresa “A.S. – Águas de Santarém, S.A. EM”**, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com um voto contra. -----

--- Não participaram na discussão e votação deste assunto os senhores **Leonel Martinho do Rosário** e **Francisco José Viegas** – Presidente da Junta de Freguesia de Pernes. -----

--- Pelo senhor **Pedro Malaca** foi prestada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “O Bloco de Esquerda desde o início do processo da empresa “Águas de Santarém” que foi contra a constituição desta empresa. Muito embora a questão a ser votada seja a remuneração dos titulares dos órgãos sociais, por uma questão de princípio, mantemos essa nossa posição sobre a constituição da referida empresa”. -----

--- Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação

em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro e Cinco**, tendo sido **aprovados por unanimidade**.-----

--- Interrompida a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo usado da palavra o senhor **Sérgio Pardal** (representante do Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém) que manifestou a indignação da população da Ribeira de Santarém por mais uma vez o Partido Socialista ter inviabilizado a contratação de um empréstimo excepcionado para a reabilitação urbana da Ribeira.-----

--- Recordou que a Lei do Orçamento de Estado para dois mil e seis previa, através de despacho conjunto, a contratação de empréstimos excepcionados para a reabilitação urbana. Após alguns dias depois desse despacho a Câmara de Santarém aprovou por unanimidade remeter à Assembleia Municipal a proposta de contratação do referido empréstimo. No entanto, os deputados do PS impediram a sua aprovação, alegando falta de tempo para apreciação da proposta, o que obrigou o Município a iniciar novo pedido, estranhando que agora venha o Ministro da Finanças invocar o grau de endividamento da autarquia para rejeitar a contratação do empréstimo em causa.-----

--- Depois, a senhora **Ana Marta Rodrigues** referiu que os eleitos do PS compreendem e estão solidários com as reivindicações da população da Ribeira de Santarém, considerando ser de louvar o envolvimento e a participação activa dos cidadãos nas questões que se prendem com a sua freguesia.-----

--- Prosseguiu, referindo um conjunto de obras realizadas na Ribeira pelo Partido Socialista ao longo de vários anos, acrescentando que só no anterior mandato foram concretizados na Ribeira de Santarém investimentos superiores a sete milhões de euros, perguntando quantas freguesias no concelho gostariam de ter sido contempladas com valor semelhante.-----

--- Sublinhou que o PS sempre considerou fundamental o investimento público na

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

Ribeira e Alfange e esse foi feito, não apenas com palavras, mas com obra, e essa está lá e fala por sí. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Sérgio Pardal** referindo que caso o anterior Executivo não tivesse deixado fugir as verbas para a segunda fase do Al-Margem e empréstimo de seis milhões tivesse sido aprovado, certamente, que a requalificação da Ribeira já estaria numa fase muito adiantada. -----

--- Referiu ter consciência dos investimentos efectuados na Ribeira de Santarém pelo PS, no entanto, lembrou que desde que as obras de saneamento foram realizadas quando chove com mais intensidade a maioria das casas ficam inundadas. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Luís Arrais** referindo que gostaria de saber qual a posição da bancada do PS relativamente ao chumbo do empréstimo excepcionado para a Ribeira de Santarém, pelo Governo. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Luís Almeida** que recordou que em dois mil e seis o Governo autorizou a contratação de empréstimos excepcionados, tendo a ANMP, em Novembro, alertado para a urgência do assunto. No entanto, a Câmara não o fez atempadamente. -----

--- Saliu que há um ano escreveu uma carta relatando o que era a sua verdade sobre esta questão, afirmando que é mentiroso quem disser que aquilo que ele escreveu não é verdade. -----

--- Referiu terem existido dúvidas, na altura, para que era o dinheiro do empréstimo, lembrando que o senhor Vice-Presidente da Câmara afirmou, aquando da discussão do Orçamento, que caso tivesse sido aprovado o empréstimo em causa o Executivo já tinha conseguido abater a dívida do Município. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Vice-Presidente da Câmara** que começou por chamar mentiroso ao anterior orador, na sequência da sua intervenção, considerando que o PS deveria estar calado porque já fez mal de mais à população da Ribeira de Santarém. -----

--- Considerou que o Partido Socialista deixou fugir as verbas da segunda fase do Al-

Margem por negligência do anterior Executivo.-----

--- Salientou que o despacho do Ministro a autorizar a contratação de empréstimos excepcionados para a reabilitação urbana foi publicado em Novembro de dois mil e seis. Empréstimos esses que tinham de ser contratados até final desse ano. Após um trabalho árduo no sentido de conseguir ter as propostas para contratação do empréstimo o Executivo solicitou a inclusão do assunto na ordem de trabalhos da sessão de Dezembro da Assembleia, tendo sido rejeitada pelo PS.-----

--- Esclareceu não ter dito que o empréstimo seria para pagar a dívida da Câmara, o que disse foi que a oposição inviabilizou um conjunto soluções financeiras para o Município incluindo o empréstimo excepcionado de seis milhões de euros, clarificando que um empréstimo só pode ser utilizado para o fim que foi contratado.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Luís Almeida** questionando porque razão umas Câmaras conseguiram e outras não a contratação deste tipo de empréstimos. Certamente, segundo referiu, foi porque fizeram o trabalho atempadamente.-----

--- Recordou que não foi apenas o PS que inviabilizou o agendamento do empréstimo, salientando que este partido não é o “monstro” que quer deitar fogo à Ribeira, considerando ter havido efectivamente aqui erros e cada qual que assuma os seus.-----

--- Encerrado o Período de Intervenção do Público, eram duas horas do dia seguinte, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos.-----

--- Aos dezoito dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, em continuação da Sessão Ordinária de Dezembro, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:-----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira,

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Maurício Morgado d'Avó, António Miguel Moura Pires, Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno de Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, Joaquim António Salgado Canha, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Miguel da Conceição Piedade, Nuno Filipe Brites Pereira Lima, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca, Ricardo Jorge Batista Filipe e Vicente Carlos Flor Batalha.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Hernâni Martins Aranha (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), João Carlos Pando Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (São Salvador), Carlos António Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (São Vicente do Paul), Diamantino Cordeiro Duarte (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém) e Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros).-----

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

493

--- Justificaram as suas ausências:-----

--- Carlos Manuel Luís Catalão, Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves – Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, José António Guedes Coelho Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Várzea.-----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os senhores Catarina Fernandes Garcia Correia, Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz, Jaime Manuel Teodoro Santos, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Filipe Piedade Valente e Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia.-----

--- **Executivo Municipal**-----

--- Presenças:-----

--- Francisco Maria Moita Flores, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, Ramiro José Jerónimo de Matos, Luís Manuel da Graça Batista, Lúcia Corujo Reis Batalha, Maria Luísa Raimundo Mesquita e Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves.-----

--- Ausências:-----

--- Manuel António dos Santos Afonso e Henriqueta da Graça Pereira Carolo.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando que, por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Dezembro, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”.-----

--- Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO SEIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM NA SOCIEDADE VALLEYPARK – PARQUE DE NEGÓCIOS, S.A.**

--- Pela Câmara Municipal de Santarém foi apresentada a seguinte proposta:-----

--- “Considerando que:-----

--- a) Está prevista a construção de um Parque de Negócios junto ao nó de saída da Auto-estrada Um – Cartaxo, pertencente à Sociedade Valleypark, Parque de Negócios, S.A., no

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

- qual irá ser criada uma Área de Localização Empresarial (ALE);-----
- b) Na criação desta sociedade, ficou prevista a participação do Município de Santarém, entrando para tal na estrutura accionista, ao adquirir sete vírgula cinco por cento do capital social, ao Município do Cartaxo;-----
- c) O Município de Santarém indicará sempre um elemento para o Conselho de Administração da sociedade; -----
- d) Nos principais promotores, das Áreas de Localização Empresarial, estão dois importantes grupos privados portugueses, o Grupo Lena, e o Grupo Imocom, bem como o NERSANT, em parceria com as Câmaras Municipais das áreas de implantação; -----
- e) A sociedade Valleypark — Parque de Negócios, S.A. tem como objecto social, a “Construção, gestão e exploração de Parques de Negócios, nomeadamente de Parque de Negócios do Cartaxo, designadamente: assegurar a respectiva instalação; assegurar a construção e o funcionamento regular das infra-estruturas; dos serviços comuns às empresas instaladas; fiscalizar a instalação e a actividade exercida pelas empresas instaladas; assegurar a cedência ou a alienação dos terrenos ou dos edifícios destinados à instalação de empresas.”;-----
- f) Que o capital da social é de setecentos e cinquenta mil euros, e que a estrutura accionista da sociedade é composta por: -----
- • IMOCOM — Parque de Negócios, SA – trinta e sete vírgula cinco por cento-----
 - • Lena Engenharia e Construções, SA – dezoito vírgula setenta e cinco por cento -----
 - • Construtora do Lena SGPS, SA - dezoito vírgula setenta e cinco por cento -----
 - • Câmara Municipal do Cartaxo – quinze por cento-----
 - • NERSANT – dez por cento -----
- g) É importante que o Município de Santarém possa fazer parte desta parceria, e sobretudo, integrar a composição da sociedade desde o início;-----
- h) Este é sem dúvida um grande investimento, que vai não só beneficiar o Concelho, mas toda a Região, fomentando o desenvolvimento económico e social, e suprimindo a

carência de zonas para instalações de empresas;-----

--- i) São inegáveis as vantagens que este investimento poderá vir a trazer a médio/longo prazo para o Concelho de Santarém, nomeadamente através da captação de investimento de fortes empresas no mercado e da criação de inúmeros postos de trabalho;-----

--- j) A participação do Município de Santarém irá sustentar-se numa participação igualitária relativamente ao Município do Cartaxo;-----

--- k) O Município de Santarém envidará esforços para atrair a instalação das sedes das empresas para a zona que ficará inserida no Parque de Negócios de Santarém; -----

--- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

--- Apresentar à Assembleia Municipal a presente proposta de autorização de participação do Município de Santarém na Sociedade Valleepark - Parque de Negócios, S.A., nos termos do disposto na alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e na alínea m) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois de onze de Janeiro, e do disposto na alínea a) do número um do artigo vinte e oito da Lei número cento e cinquenta e nove/noventa e nove, bem como em conformidade com os termos e condições estabelecidos nos documentos anexos - Contrato de Transmissão de Acções”, “Acordo de Accionistas”, “Estrutura do capital social após entrada do Município de Santarém” e “Apresentação do Projecto Valleepark.”-----

--- O valor da participação será cabimentado no orçamento municipal para o ano de dois mil e oito pois só após deliberação da Assembleia Municipal produzirá efeitos e o pagamento está previsto no Contrato de Transmissão de Acções no ano de dois mil e oito”.-----

--- Interveio o senhor **Nuno Serra** que referiu que tem sido apanágio da bancada do PSD intervir no sentido de alertar para a vital importância do desenvolvimento económico e para a criação de locais para a instalação de capitais empresariais.-----

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

--- Manifestou a sua preocupação relativamente à segunda cláusula do acordo de accionistas que limita, de forma drástica, a participação do Município em projectos de loteamentos industriais ou em áreas de localização empresarial, considerando que a Autarquia não deve ficar limitada na sua vertente impulsionadora do desenvolvimento económico do concelho.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que com base na decisão do Governo de construir o novo aeroporto em Alcochete a Câmara, conjuntamente com outros municípios da margem direita do Tejo, irá reunir com o senhor Ministro das Obras Públicas, no sentido de refazer as políticas de investimento e de planeamento para a região, solicitando que a proposta em apreço seja retirada da Ordem de Trabalhos. -----

--- **PONTO SETE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Nos termos da alínea a) do número dois do artigo sessenta e quatro e da alínea b), do número três do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugados com a alínea b) do número dois do artigo cem do Decreto-Lei trezentos e noventa/noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei trezentos e dezasseis/dois mil e sete, de dezanove de Setembro, e dando sequência à deliberação camarária de dez de Dezembro de dois mil e sete, cabe-me propor à Exma. Assembleia, a apreciação e votação de:-----

--- * a suspensão do Plano Director Municipal para a área definida no Plano Director Municipal em vigor como Unidade de Planeamento quatro, por um período de dois anos, ficando suspensas as determinações do número cinco do artigo oitenta e cinco do regulamento do Plano Director Municipal;-----

--- * as medidas preventivas respeitantes à área designada como Unidade de Planeamento quatro no Plano Director Municipal de Santarém, descritas na informação;-----

--- * os termos do protocolo a estabelecer entre o Município e o proprietário da Quinta dos Anjos, LUSOFUNDO – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado gerido pela Sociedade Norfim SA, tendo como finalidade a elaboração dos suportes documentais de um plano de urbanização para o local e os termos da sua execução”. -----

--- Interveio o senhor **Fernando Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que realçou que há cem anos o comboio trouxe a esta freguesia progresso. Hoje, é responsável, em parte, pela degradação desta antiga zona da cidade de Santarém, sublinhando que a Ribeira de Santarém está a ressentir-se de décadas de abandono sendo altura de devolver esta freguesia à sua identidade urbanística, cultural e social. -----

--- Referiu que a retirada da Linha-férrea irá trazer à Ribeira de Santarém uma nova centralidade e a possibilidade de encetar um novo projecto de requalificação e reabilitação urbanística, a par de um conjunto de novos desafios gerador de desenvolvimento e sustentabilidade, salientando que a Junta de Freguesia está de acordo com a presente proposta. -----

--- Usou, depois, da palavra o senhor **Abílio Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, que referiu que ao concretizar-se a obra do novo traçado da Linha do Norte irá surgir uma nova centralidade na Portela das Padeiras que contempla uma estação ferroviária, um terminal rodoviário, um centro escolar, actividade comercial e de serviços, habitação colectiva e maior circulação de pessoas e veículos. -----

--- Manifestou alguma preocupação relativamente à mancha verde existente, que é o pulmão da cidade, considerando importante que não se verifique um crescimento desordenado de edificações e que sejam criadas infra-estruturas em falta para a população, assim como tenham em conta as devidas contrapartidas para a Associação Cruz de Cristo que irá ficar privada de um dos actuais espaços que dispõe. -----

--- Destacou ser fundamental a construção da variante à Estrada Nacional três, na Portela da Padeiras, lembrando que o início desta obra estava previsto para Janeiro do ano findo,

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

considerando impensável dar início às obras da Linha do Norte sem a referida variante estar concretizada.-----

---Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Francisco Madeira Lopes** que disse ser conhecida a posição da CDU sobre a questão do desvio da Linha do Norte que permitirá restabelecer a ligação da cidade ao Rio Tejo. -----

---Referiu que as alterações aos Planos de Ordenamento do Território devem ser cuidadas porque estes existem para salvaguardar a qualidade dos solos e garantir o correcto ordenamento do território, sublinhando que a justificação desta proposta prende-se com o desvio da Linha do Norte que vem transformar toda aquela área. -----

---Destacou o destino a dar aos cento e dez hectares cujo proprietário é a Lusofundo, referindo nada ter contra a construção e o desenvolvimento desde que seja feito de forma harmoniosa e sustentável. A cidade não pode crescer desordenadamente-----

--- Manifestou algumas dúvidas relativamente às Medidas Preventivas, considerando que o grande beneficiado com esta proposta é o parceiro privado, apesar de nada ter contra os parceiros privados que queiram investir no concelho, todavia, esses investimentos não devem ser feitos à custa dos bens públicos. Acrescentou que este parceiro privado ficará, desde logo, com poder para promover sozinho toda a área comercial nesta zona. Por outro lado, mesmo antes da publicação do Plano de Urbanização podem ser licenciadas as operações de loteamento urbano das obras que estejam de acordo com os estudos do referido Plano. -----

--- Pelo senhor **Nuno Serra** foi proferida a seguinte intervenção: -----

--- “O assunto que vamos discutir e apreciar neste ponto da ordem de trabalhos é de vital importância para o futuro de Santarém, de vital importância para o desenvolvimento da economia desta região e de vital importância para a afirmação da capitalidade de Santarém. -----

---Capitalidade essa que se deve afirmar, não só pela tradição, pelas raízes das suas gentes e da memória da sua história, mas uma capitalidade afirmativa pela qualidade de

vida dos seus cidadãos presente e futura. -----

--- Esta proposta representa uma oportunidade que não pode ser dispensada e um investimento gerador de riqueza que deve ser apadrinhado e acarinhado. -----

--- Estamos perante um projecto de desenvolvimento urbanístico potenciador de uma nova centralidade no universo do contexto municipal de Santarém. -----

--- E uma nova centralidade com todas as implicações que daí advêm em termos de política de desenvolvimento estratégico e sustentado, têm de ser um processo partilhado, discutido e participado por todas as forças vivas da cidade e por todos os munícipes que se interessem pela coisa pública. -----

--- O que está hoje aqui em causa, é a Quinta dos Anjos, a qual pela sua localização geográfica poderá representar um dos pólos de desenvolvimento urbano que mais marcará Santarém nos próximos anos. -----

--- Este projecto trará, com toda a certeza, uma nova dinâmica para o Concelho e poderá influenciar de uma forma decisiva os valores de Santarém. -----

--- Um projecto desta envergadura e com esta responsabilidade deve ser um exemplo de desenvolvimento contemporâneo das cidades. Deve ser a oportunidade para se conjugar o interesse legítimo do lucro do privado com o interesse público do desenvolvimento no pleno respeito pelas normas ambientais e de qualidade de vida que as sociedade hoje impõem e que o futuro dos nosso filhos exige. -----

--- Deve ser a oportunidade de ser criado um projecto com a razoabilidade suficiente para respeitar uma baixa densidade de betão em livre e amigável ligação com um pulmão verde de excepcional dimensão ao serviço dos cidadãos de Santarém. -----

--- Deve servir de exemplo e ser uma montra do que se deve fazer na área do plano urbanístico, ser um factor de atracção de novos residentes enquadrados no segmento ambicionado por Santarém. -----

--- Entendemos que o potencial deste espaço e deste projecto não se pode ficar por um mero instrumento habitacional, como foi política de Santarém no passado e nunca ficar

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

limitado à aprovação de um conjunto de fogos habitacionais, numa lógica pura de especulação imobiliária.-----

---Esta nova centralidade beneficiará do investimento público que a rodeia, o qual permitirá captar um grande número de habitantes, para os quais devemos ter uma nova forma de olhar.-----

--- Assim, congratulamos a Câmara Municipal de Santarém com a iniciativa de dotar este espaço com um centro escolar. -----

---Mas como somos ambiciosos e acreditamos que é sempre possível fazer mais por Santarém, em especial, pelo bem-estar das suas gentes, gostaríamos, que o executivo equacionasse e ponderasse as contrapartidas celebradas com o promotor imobiliário. As quais devem ser equitativas e de relevância para a cidade.-----

--- Estamos, por exemplo, a ver neste projecto uma oportunidade única de aquela nova centralidade (onde a médio prazo, considerando os projectos imobiliários ali aprovados teremos mais de dois mil a três mil novos residentes) construção de um exemplar parque desportivo, participado em parte como contrapartida do promotor do projecto. -----

--- Acreditamos que um parque desportivo neste espaço, não só proporcionará um acréscimo ao bem-estar à população circundante, como irá servir de apoio aos espaços actuais para a prática de desporto informal e de acesso generalizado, indispensáveis numa sociedade moderna.-----

--- Temos que considerar e não esquecer que: -----

--- a) A Quinta dos Anjos será rodeada de um conjunto de infra-estruturas públicas como:-----

--- Um–Variante Estrada Nacional três; -----

--- Dois–Nova estação ferroviária;-----

--- Três–Interface Rodoviário; -----

--- Quatro–Centro Escolar.-----

--- b) A Quinta dos Anjos vai beneficiar e ser beneficiada com outros projectos privados

como: -----

--- Um–Urbanização do Gualdim;-----

--- Dois–Campo de Golfe do Gualdim;-----

--- Três–Parque de Negócios Parquisacalabis.-----

--- c) Santarém, apresenta-se actualmente como apologista da qualidade de vida e do bem-estar social, neste sentido, a Quinta dos Anjos tem as condições necessárias e suficientes para ser um exemplo de uma estrutura planeada e estrategicamente orientada para a qualidade de vida;-----

--- d) Santarém, apresenta vários exemplos passados de má ordenação do território e de construção em massa, que não contemplam nenhuma organização paisagística e em nada dignifica o objectivo da qualidade de vida;-----

--- e) A suspensão do Plano Director Municipal é, neste caso, o primeiro passo, do que pode ser, a estruturação de um projecto exemplar no ponto de vista de ordenamento paisagístico, territorial e urbanístico;-----

--- f) Santarém necessita, imperativamente, desta nova centralidade, de uma forma sustentada e planificada;-----

--- Assumindo a importância desta nova centralidade de Santarém, considerando que este deve ser um projecto de todos e para todos e que irá ter um enorme impacto no actual dinamismo urbano, o PSD, vota favoravelmente a suspensão do Plano Director Municipal e recomenda ao executivo que faça do futuro projecto de urbanização, um desígnio público e com um forte apelo à participação de todos.-----

--- Mais recomenda que este Executivo, como tem sido a sua prática, inicie um projecto de discussão pública com a população e apresente publicamente o mesmo, a exemplo do que sucedeu com pleno sucesso a propósito do Jardim da Liberdade.-----

--- Discutir o projecto e discutir a vocação pública do projecto parece-nos essencial.-----

--- A transparência e a participação cívica não são palavras vãs para o PSD e para este Executivo liderado pelo Dr. Moita Flores.-----

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

--- São a sua prática e resulta da sua profunda convicção e consciência democrática. -----

--- Só assim, se derrotará os velhos do Restelo e se responsabilizará a sociedade civil neste projecto estruturante a todos os níveis, em especial ao nível social e económico”. --

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Pedro Malaca** que referiu que o Bloco de Esquerda concorda com o desvio da Linha do Norte a bem da população da Ribeira de Santarém, da protecção da Cidade e das Barreiras de Santarém. -----

--- Salientou que enquanto a população da Ribeira de Santarém poderá vir a ter uma melhor qualidade de vida a Portela das Padeiras, pelo contrário, ver-se-á emparedada pelo traçado de uma Linha-férrea sobre o qual o Governo e a REFER foram intransigentes.-----

--- Lamentou que a mancha verde que é o pulmão da cidade seja reduzida a um quarto da sua área, considerando que deveria haver mais cuidado com as questões relacionadas com o ambiente. -----

--- Interveio, de seguida, o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que considerou ser de interesse global e geral a criação de uma infra-estrutura desta grandeza, referindo que a actual estação ferroviária não satisfaz minimamente nos dias de hoje. -----

--- Salientou que este Interface é de facto uma necessidade que pode polarizar um desenvolvimento significativo para a cidade. Realçou que este investimento não tem que ser definido como uma contrapartida para qualquer privado, em seu entender, este processo deve ser liderado pela Câmara Municipal.-----

--- Concluiu, questionando como fica a questão da “alta velocidade” e do “TGV” com a não construção do novo aeroporto na Ota.-----

--- Tomou a palavra, depois, o senhor **Luís Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que quis saber se com a suspensão do Plano Director Municipal irá ser a Linha do Norte desviada porque, segundo é do seu conhecimento, a actual linha irá manter-se, entre a Ribeira de Santarém e Vale de Figueira, com um tráfego de quatro comboios diariamente.-----

--- Depois, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu relativamente aos privados que nada ficará ao seu livre arbítrio, sublinhando que tudo aquilo que eles queiram fazer tem de ser autorizado pelo Município. Destacou que o privado ao assumir a responsabilidade de fazer o projecto só revela que será ele a gastar o dinheiro que a Câmara não terá de despende. -----

--- Referiu que apesar do desvio da Linha do Norte ter começado mal, nesta altura encontra-se em situação aceitável, salientando que a REFER tem feito os possíveis para agradar à maioria dos cidadãos, acrescentando que todas as reclamações enviadas à Câmara foram remetidas àquela empresa tendo quase todas elas sido aceites. -----

--- Destacou que o Executivo aceitou discutir esta matéria com base nos pareceres técnicos do Professor Nunes da Silva e do Professor Avelino. -----

--- Esclareceu que uma das condições colocadas, à partida, foi de que não fosse tocada na mancha verde da cidade que é o pulmão da cidade, nem pela REFER nem pela reestruturação da Unidade de Planeamento. -----

--- Confirmou a afirmação do senhor Presidente da Junta de Alcanhões, sublinhando estar previsto um tráfego diário de quatro comboios, aproveitando para informar que chegou a um acordo global com a REFER que inclui a variante à Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco, assim como o “espaço canal” entre a Ribeira de Santarém a Ponte d’Asseca ficará na posse da Câmara. -----

--- Concluiu prestando esclarecimento sobre a variante à Portela das Padeiras, realçando ter estabelecido diversos contactos com vista à construção daquela variante, tendo-lhe sido garantido que a obra avançaria em Setembro/Outubro de dois mil e sete, o que não veio a verificar-se. Frisou que irá tentar incluir esta obra no conjunto de medidas a propor ao senhor Ministro da Obras Públicas para que Santarém seja ressarcida de não ter aeroporto na Ota. -----

--- Solicitou, de novo, a palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** para referir que proposta em discussão prende-se com três pontos, designadamente a suspensão do Plano

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

Director Municipal, as Medidas Preventivas e os termos do protocolo a estabelecer com o privado, sublinhando que se irá também votar o conteúdo do referido protocolo. -----

--- Por último, interveio o senhor arquitecto **António Duarte** (Director do Departamento de Ordenamento e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Santarém) que começou por esclarecer que a legislação prevê que em situações excepcionais possa haver alteração das normas estabelecidas para ocupação do território. Uma das situações previstas é a possibilidade de alteração significativa do desenvolvimento económico de determinada região que não esteja prevista no Plano Director Municipal. -----

--- Clarificou que a manterem-se as condições actuais para aquela zona não se justificaria ter ali mais que um apeadeiro, considerando ser de interesse da Câmara aproveitar o investimento da REFER para intervir naquela área. -----

--- Prosseguiu prestando esclarecimentos em relação às medidas preventivas, realçando que estas permitem que seja possível, mesmo sem a conclusão do Plano de Urbanização, iniciar um conjunto de intervenções para aquele local, assim como também permitirão a apresentação de candidaturas ao QREN. -----

--- Sublinhou relativamente aos índices de construção que serão permitidos cerca de quinze por cento de implantação daquela área, referindo que nesta segunda geração de Plano Director Municipal estas percentagens estão perfeitamente testadas com os erros cometidos nos anteriores Planos de Ordenamento. -----

--- Salientou que os números apresentados são os que melhor satisfazem o interesse público e privado. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Suspensão do Plano Director Municipal**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte cinco votos a favor, três votos contra e vinte e três abstenções. -----

--- O senhor **Francisco Madeira Lopes** proferiu a seguinte Declaração de Voto:

--- “A presente proposta (proposta vinte sete de dezassete de Dezembro de dois mil e sete) da Câmara Municipal de Santarém, visando a suspensão parcial do Plano Director Municipal para a zona da Quinta dos Anjos e Quinta do Poço, as respectivas medidas preventivas obrigatórias por lei e um protocolo a firmar entre o executivo autárquico e a Lusofundo proprietária de cento e dez hectares no espaço em causa, e apesar de aparecer a reboque da alteração do traçado ferroviário da linha do norte, não pode merecer a concordância dos eleitos da CDU fundamentalmente porque:-----

--- a) Apesar de se sustentar na alteração do traçado da linha do norte, desígnio importante para a resolução do problema da instabilidade das barreiras do Planalto Scalabitano, para recuperação urbanística e vivencial da Ribeira de Santarém e para ajudar a restabelecer a ligação da cidade ao Rio Tejo, esta proposta em concreto, não visa apenas esse desígnio e pretende, a reboque do mesmo, dar luz verde a um conjunto de pretensões imobiliárias que, podendo ser legítimas do ponto de vista dos proprietários do terreno, nos parecem exageradas face ao acréscimo equilibrado e harmonioso que desejamos para o concelho e a cidade; -----

--- b) A alienação da responsabilidade da elaboração dos fundamentais instrumentos de ordenamento do território, uma responsabilidade e uma missão eminentemente pública, como é o caso da entrega ao privado da tarefa de elaboração do Plano de Urbanização para aquela zona, não só não assegura o interesse público de um correcto planeamento urbanístico, como deixa ser o privado a ditar as regras que ele terá que seguir; -----

--- c) As Medidas Preventivas ficam muito aquém não assegurando muito convenientemente os valores do território em causa designadamente pelos índices de construção, ocupação e impermeabilização de solo rústico que permitem, mas também por admitirem, mesmo antes de terminada a elaboração do Plano de Urbanização, o licenciamento de planos de loteamento e obras; -----

--- d) Neste processo, o interesse público de ordenar correctamente o território do

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

concelho é claramente secundarizado face aos interesses dos privados de realização de lucro que são os principais ganhadores com esta proposta. -----

--- Por isso, os eleitos da CDU votaram contra a presente proposta”. -----

--- A seguir o senhor **Nuno Serra** considerou a sua intervenção Declaração de Voto. ----

--- **PONTO OITO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA O PROCEDIMENTO DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL RESPEITANTE À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO DE PLANTAS INFESTANTES DE LIMPEZA DE SARJETAS E SUMIDOUROS, NAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS NÃO AJARDINADOS, BERMAS E VALETAS E TALUDES DE DOMÍNIO MUNICIPAL E DE RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE SANTARÉM E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS DE DOIS MIL E OITO E DOIS MIL E CATORZE.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dez de Dezembro de dois mil e sete, cabe-me propor à Exma. Assembleia, a aprovação da Proposta de abertura de concurso público internacional para aquisição de serviços em epígrafe e repartição de encargos pelos anos de dois mil e oito a dois mil e catorze, nos termos do número um e do número seis do artigo vinte e dois, do Decreto-Lei cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de Junho”. -----

--- Interveio o senhor **Francisco Madeira Lopes** que referiu que a Câmara fundamenta esta proposta com base de que a Autarquia não dispõe de meios humanos e mecânicos para fazer face às necessidades, até por causa da sazonalidade das operações em causa, pelo que é mais barato contratar este serviço a uma empresa privada.-----

--- Sublinhou que a CDU já fez notar, aquando da discussão do Orçamento para dois mil e oito, que o executivo prevê aumento de quase cinquenta por cento com a aquisição de bens e serviços, adoptando uma política de desaproveitamento dos recursos humanos do

Município, receando que esta proposta vá nesse sentido. -----

--- Referiu-se ao quadro de custos que fundamenta a entrega deste serviço a um privado, salientando que os números apresentados não incluem IVA, pois caso contrário os valores seriam mais elevados do que se fosse a Câmara a prestar este tipo de serviço, considerando que uma outra política de gestão dos recursos humanos da Câmara permitiria dar uma resposta a estas necessidades de forma economicamente mais viável.

--- Dada a inexistência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **autorização para o procedimento de abertura de concurso público internacional respeitante à aquisição de serviços de controlo de plantas infestantes de limpeza de sarjetas e sumidouros, nas vias e espaços públicos não ajardinados, bermas e valetas e taludes de domínio municipal e de recolha de resíduos verdes, no perímetro urbano da cidade de Santarém e repartição de encargos pelos anos de dois mil e oito e dois mil e catorze, nos termos da alínea q), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um e do número seis do artigo vinte e dois, do Decreto-Lei cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de Junho, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte votos a favor, quatro votos contra e vinte e três abstenções.**

--- **PONTO NOVE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezassete de Dezembro de dois mil e sete, e nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, cabe-me propor à Exma. Assembleia para

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

apreciação e votação o projecto de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia”.

--- Após uma breve troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

--- **PONTO DEZ – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RESPEITANTE AO PROJECTO DESIGNADO POR RESTABELECIMENTO AO QUILOMETRO SESSENTA E CINCO + OITOCENTOS E SETENTA E CINCO DA LINHA DO NORTE, NO SUBTROÇO UM PONTO DOIS/UM PONTO TRÊS (AZAMBUJA/VALE DE SANTARÉM)**. ---

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: ---

--- “Na sequência da deliberação camarária de vinte e seis de Novembro de dois mil e sete, e nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, cabe-me propor à Exma. Assembleia para apreciação e votação o reconhecimento de interesse público municipal do projecto designado por restabelecimento ao quilómetro sessenta e cinco+oitocentos e setenta e cinco da Linha do Norte, no Subtroço um ponto dois/um ponto três (Azambuja/Vale de Santarém)”.

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Declaração de Interesse Público respeitante ao projecto designado por restabelecimento ao quilómetro sessenta e cinco + oitocentos e setenta e cinco da Linha do Norte, no Subtroço um ponto dois/um ponto três (Azambuja/Vale de Santarém)**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei

número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO DOZE – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**----

--- O senhor **João Leite** procedeu à leitura da seguinte Proposta de Recomendação apresentada pela Bancada do Partido Social Democrata:-----

--- “Considerando o agravamento da insegurança provocado pela crescente onda de assaltos, e pelo aumento da criminalidade em geral, no concelho de Santarém; -----

--- Considerando a falta de meios físicos e humanos de segurança pública;-----

--- Considerando que as forças de segurança devem ser localizadas e distribuídas de forma a assegurar o objectivo prioritário de prevenção da criminalidade e de garantia de segurança e tranquilidade das populações. -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida a vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete, delibera recomendar ao senhor Governador Civil de Santarém, que interceda junto dos órgãos competentes para que exista em todo o concelho um reforço do número de elementos efectivos da PSP e GNR e também dos próprios meios de segurança pública, de forma a garantir uma total e eficaz cobertura de patrulhamento no concelho. -----

--- Santarém, vinte sete de Dezembro de dois mil e sete”. -----

--- Usou da palavra o senhor **Vicente Batalha** que considerou que a segurança das populações é um tema muito sensível, e que deve ser caro a todos, a começar pelos responsáveis políticos a todos os níveis. A segurança não deve servir de arma de arremesso nem apelar à instauração de uma sociedade securitária que limite os direitos, liberdades de garantias fundamentais.-----

--- Questionou se serão apenas necessários mais efectivos para a PSP, sem cuidar de saber dos meios e das condições para o desempenho das suas funções, não só na cidade

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

como no resto do concelho onde a GNR é responsável pela segurança da população. -----

--- Referiu que o Posto da GNR de Pernes é bom e mau exemplo disso, o único descentralizado no dispositivo concelhio, porque conseguiu com a sua presença ser força dissuasora e impedir índices de criminalidade significativos na sua vasta área de intervenção. -----

--- Salientou que a partir da década de noventa as instalações “provisórias” deixaram de ter condições e o número de efectivos e grau de rentabilidade dos recursos humanos existentes começou naturalmente a decair, e levou ao encerramento e consequente transferência de efectivos, de forma expedita e precária, para instalações de emergência, já lá vão três anos. Realçou ser preciso dizer que está em curso o processo de construção do Novo Quartel da GNR que os sucessivos Governos têm adiado, apesar da Câmara ter adquirido o terreno que foi transferido para a posse do Estado. Contudo, o despacho de adjudicação continua na secretária do governante da tutela à espera de cabimentação orçamental. -----

--- Concluiu, apelando para que na proposta apresentada pelo PSD que, irão votar a favoravelmente, se incluía a expressão “instalações”. -----

--- Dada a ausência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta de Recomendação em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- A seguir, pelo senhor **Fernando Mendonça Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, foi apresentada a seguinte Recomendação: -----

--- “Considerando que: -----

--- A população da Ribeira de Santarém por diversos motivos e conhecidas razões tem vindo a assistir desde há décadas a um profundo empobrecimento do seu parque habitacional e a um alastrar do grau de empobrecimento geral da freguesia; -----

--- A Câmara Municipal de Santarém, por via de candidatura a fundos comunitários

integrado no programa VALTEJO, cujo resultado das obras da primeira fase já é possível usufruir, prevê nas fases seguintes, algumas medidas de combate a este empobrecimento;

--- As reconhecidas dificuldades financeiras da Câmara Municipal de Santarém não permitem a esta autarquia a disponibilidade para fazer face ao conjunto de projectos necessários para combate à degradação e renovação do tecido urbano da Ribeira de Santarém;-----

--- Recordando aqui a Lei do Orçamento de Estado para dois mil e seis, que previa, no artigo trinta e três, a possibilidade de, por despacho conjunto de três ministérios, serem excepcionados limites de endividamento fixados para o ano de dois mil e seis, determinados empréstimos destinados, entre outras situações à renovação de áreas urbanas degradadas que é o caso da Ribeira de Santarém. -----

--- O citado despacho só não teve consequências práticas porque a proposta apresentada pela Câmara Municipal não pode ser discutida na Assembleia Municipal; -----

--- No ano de dois mil e sete, o Governo não deferiu novo pedido de empréstimo excepcionado.-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete, recomenda à Câmara Municipal que encontre soluções capazes de combater a degradação urbanística da freguesia. -----

--- Finalmente, propõe-se que seja dado desta recomendação conhecimento à Câmara Municipal de Santarém, ao Governo Civil de Santarém, ao Governo Central (Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional), Assembleia da República (Presidente da Assembleia da República, Comissão Parlamentar do Poder Local, Grupos Parlamentares e Deputados Eleitos pelo Distrito de Santarém).-----

--- Santarém, vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete”. -----

--- O senhor **Leonel Martinho do Rosário** interveio referindo que o PS está solidário

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

com a proposta apresentada, querendo saber se esta recomendação visa apenas as infra-estruturas de apoio ou se diz respeito também à renovação urbana da Ribeira. -----

--- Tomou a palavra, depois, o senhor **Fernando Mendonça Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que esclareceu que a recomendação refere-se à requalificação de toda a área urbana da Ribeira incluindo a habitação. -----

--- Dada a inexistência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação acima transcrita, tendo sido **aprovada por unanimidade**. ---

--- Seguidamente, o senhor **Eugénio Pisco** procedeu à leitura da seguinte Moção apresentada pela bancada da CDU: -----

--- “A proposta de regulamento sobre tarifários da água, saneamento e resíduos apresentada recentemente pelo Governo constitui, a ser aprovada, um passo mais na política de destruição de serviços públicos de água e resíduos e traduzir-se-á de imediato numa subida generalizada de preços a suportar pela populações. -----

--- A proposta do Governo expropria as competências das autarquias neste sector e subordina-as às directivas de um instituto público (ERSAR). -----

--- Retira competências para prosseguir uma política tarifária assente em critérios de cada autarquia (sociais, económicos ou outros) impondo-lhes os tarifários que devem adoptar (escalões, variáveis, etc.). -----

--- Reserva às autarquias um papel de aplicar um tarifário que não definiram e de cobrar aos munícipes dívidas insolúveis. -----

--- A pretexto de *uniformizar* tarifas o que se pretende é o aumento significativo da factura (com uma componente fixa e quatro adicionais relativos a resíduos e águas residuais) obrigando as autarquias a cobrar mais ao munícipes. -----

--- Em nenhum momento reconhece a obrigação ao Estado de assegurar o acesso à água como bem público. -----

--- Nega o poder e o direito às autarquias de desenvolver políticas de discriminação

positiva em matéria de tarifa.-----

--- Conduz, ao estipular que a componente fixa remunera os custos com a disponibilidade do serviço, a tarifas elevadas a consumidores, em geral mais frágeis social e economicamente.-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida a vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete, delibera:-----

--- Um – Recusar o conteúdo da proposta de regulamento sobre tarifários da água, saneamento e resíduos, porque atentatória da autonomia das autarquias e usurpadora das suas competências e lesiva dos interesses dos consumidores em particular dos mais débeis economicamente.-----

--- Dois – Reafirmar a defesa da água como bem público fundamental à vida humana e recusar a lógica de *rentabilização financeira* com aumentos significativos nos tarifários, tornando este sector cada vez mais um negócio atraente e rentável em prejuízo das populações.-----

--- Santarém, vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete”.-----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção em epígrafe, tendo sido **aprovada por maioria**, com doze votos a favor, zero votos contra e trinta e oito abstenções.-----

--- Depois, pela senhora **Dúnia Palma** foi apresentada a seguinte Recomendação subscrita pelo Grupo do Partido Socialista:-----

--- “Para melhor apreciação e estudo dos diferentes pontos da Ordem de Trabalhos das reuniões da Assembleia, solicitam os eleitos do Partido Socialista que aos pedidos de agendamento seja anexo o extracto da acta da reunião do Executivo Municipal em que os mesmos foram integrados.-----

--- Santarém, vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete”.-----

--- Dada a ausência de oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

--- A seguir, a senhora **Dúnia Palma** procedeu à leitura do seguinte Voto de Pesar apresentado pelo Grupo do Partido Socialista: -----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete, delibera aprovar um voto de pesar pela morte do Engenheiro Edmundo Vaz Mourão que ocorreu no passado dia dezasseis de Novembro. -----

--- O Engenheiro Mourão pautou a sua vida por uma forte intervenção social e cultural, sem descurar uma grande ligação familiar que sempre lhe reconhecemos. -----

--- É de salientar a sua dedicação ao ensino, mais especificamente à matemática, onde deixa marcas do seu estilo e do bom ambiente que criava entre colegas. Foi marcante a sua colaboração na imprensa escrita, a participação em associações de índole cultural e desportiva de que são exemplo o Cine Clube de Santarém, o Rotary Clube de Santarém, o Círculo Cultural Scalabitano, o União Desportiva de Santarém e a Associação de Solidariedade Social de Professores. -----

--- A Assembleia Municipal delibera ainda apresentar sentidas condolências à Dra. Noémia Igreja e a seus filhos pela triste perda que os afectou”. -----

--- Submetido a votação o **Voto de Pesar** em epígrafe, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- Depois, a senhora **Dúnia Palma** apresentou o seguinte Voto de Pesar subscrito pelo Grupo do Partido Socialista: -----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete, delibera aprovar um voto de pesar pela morte do Senhor Joaquim Pinto que ocorreu no passado dia trinta de Novembro. -----

--- O Senhor Joaquim Pinto era um destacado empresário que muito contribuiu para o desenvolvimento no concelho de Santarém quer na área do ensino, quer na do imobiliário. Foi fundador do Instituto de Línguas e do ISLA – Santarém e no campo do empresariado, onde o seu marcante empreendedorismo o levou a promover e integrar várias associações de que são exemplo o NERSANT e a DET. -----

--- Esta é a sentida homenagem do Grupo Socialista na Assembleia Municipal pelos reconhecidos contributos de Joaquim Pinto a Santarém”.-----

--- Submetido a votação o **Voto de Pesar** acima transcrito, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

--- Seguidamente, a senhora **Dúnia Palma** procedeu à leitura do seguinte Voto de Pesar apresentado pelo Grupo do Partido Socialista:-----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e oito de Dezembro de dois mil e sete, delibera aprovar um voto de pesar pela recente e repentina morte do Dr. Eugénio Fevereiro Chambel verificada hoje.-----

--- O Professor. Chambel dedicou toda a sua vida profissional ao ensino, tendo sido director da então Escola Industrial e Comercial de Santarém, professor na Escola Superior de Educação e na Escola Dr. Ginestal Machado, onde se aposentou. Também leccionou no ensino privado, destacando-se o Colégio Braamcamp Freire.-----

--- Perdemos um amigo de Santarém que com o seu espírito crítico e o seu entusiasmo contagiante, de certo contribuiu para aperfeiçoar algumas práticas políticas.-----

--- A Assembleia Municipal delibera ainda apresentar sentidas condolências à Dra. Elza Chambel e família nesta hora de grande perda e luto”.-----

--- Submetido a votação o **Voto de Pesar** em epígrafe, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

--- De imediato, a senhora **Maria Alecta Ferreira**, Primeira Secretária da Mesa, procedeu à leitura do seguinte Voto de Pesar subscrito pela Bancada do Partido Social Democrata:-----

--- “Faleceu no dia dois de Janeiro, na sua residência de Azoia de Baixo o Professor Apolinário Vaz de Portugal, figura ímpar da investigação científica, da docência universitária e da actividade política em Portugal.-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém recorda hoje, com enorme emoção, momentos da sua existência marcado pelo recebimento das mais altas distinções, quer internacionais

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

como o Prémio Internacional de Zootecnia de Verona *Uovo d'Oro* que distingue o melhor zootecnista da Europa ou de melhor veterinário europeu recebido em Salamanca, quer nacionais como a Grão Cruz da Ordem de Mérito com que foi agraciado pelo Senhor Presidente da República em dez de Junho de dois mil e sete.-----

---Doutorado em Ciências Veterinárias pela Escola de Medicina da Universidade Técnica de Lisboa e em Bioquímica pelo Rowett Research Institute da Escócia com Bolseiro da Fundação Gulbenkian , diplomado em Fisiologia da Nutrição pela Sorbonne e pela École des Hautes Études de Paris foi, ainda, durante largos anos Director da Estação Zootécnica Nacional, instituição que organizou, dinamizou e guindou a um patamar do maior prestígio internacional no domínio da investigação veterinária. -----

--- Recorda, ainda, esta Assembleia o envolvimento político e o espírito de missão deste cidadão exemplar que o levou a assumir e a desempenhar com brilho as funções de Secretário de Estado do Fomento Agrário no II Governo Constitucional, de Ministro da Agricultura nos III e IV Governos Constitucionais, de Presidente da Comissão Nacional do Plano e de Presidente da Assembleia Municipal da Murtosa, de onde era natural.-----

--- Todavia, o que mais se evidenciou na profunda manifestação de pesar que constituíram as suas exéquias fúnebres, foi a sua dimensão de Homem ao serviço dos outros homens, ao serviço dos seus alunos, dos jovens investigadores, dos colegas de trabalho, dos amigos, dos familiares, mostrando conhecer, como poucos, a importância da presença, do apoio, do estímulo, da solidariedade.-----

---O sentido da vida do professor Vaz de Portugal foi encontrado nesta dimensão de busca permanente da paz, da conciliação, da harmonia, da humildade, do saber e da justiça. -----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém reunida em sessão ordinária em dezoito de Janeiro de dois mil e oito, delibera aprovar um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Apolinário Vaz Portugal, apresentando a toda a sua família enlutada as suas mais respeitosas condolências”.-----

ACTA Nº. 19/2007
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 28 de Dezembro de 2007
2ª Reunião 18 de Janeiro de 2008

517

--- Submetido a votação o **Voto de Pesar** em epígrafe, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**: -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Luís Romão** que solicitou esclarecimentos sobre a movimentação de terras junto à estrada militar em Vale de Estacas. -----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Câmara** informou, relativamente à movimentação de terras, tratar-se da construção de um posto de transformação da EDP. -----

--- Esgotado o Período de Intervenção do Público, eram vinte e três horas e vinte minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----